

2014

Este relatório destaca as informações-chave publicadas e disponíveis na Lei do Orçamento do Estado 2014

Foto: ©UNICEF/Moçambique

Informe Orçamental

Sector da Educação



PRINCIPAIS MENSAGENS:

- ▶ O Sector da Educação em 2014 recebeu 37.7 mil milhões de MT (USD \$1.26 mil milhões), representando 15.7% do total do Orçamento do Estado. Apesar desta alocação significar um aumento de 17% do Orçamento do sector em 2013, a mesma representa a menor proporção do Sector pelo menos nos últimos sete anos.
- ▶ Desde 2007, o Orçamento do Sector da Educação expandiu, em média, 3.7 mil milhões de MT com vista a acomodar uma média de crescimento anual de 198.1 mil estudantes, 5.8 mil professores, e 861 escolas.
- ▶ O Sector da Educação definiu um orçamento per capita de 1,204 MT (USD \$40) para cada aluno do ensino primário, 6,538 MT (USD \$218) para cada estudante do ensino secundário, e 84,420 MT (USD \$2,814) para cada estudante universitário. Dotações sectoriais, quando categorizadas por província, revelam que a Cidade de Maputo, a província mais rica, recebe um financiamento por estudante de 2.7 vezes mais do que um estudante na Zambézia, uma das províncias mais pobres.
- ▶ De forma contraditória, o MINED é a Instituição do Sector da Educação que consome mais o orçamento do que qualquer outra instituição – contando 20% do orçamento da Educação para 2014.
- ▶ O total do Investimento reduziu em 10 pontos percentuais relativamente as Despesas Correntes ao longo dos últimos sete anos. De cada 100 Meticais destinados para o Sector da Educação em 2014, 72 Meticais vão para as Despesas Correntes, enquanto 28 Meticais vão para o Investimento.
- ▶ O Sector da Educação conseguiu executar, em média, 90.2% do seu orçamento ao longo dos últimos sete anos, em quase cinco por cento mais do que a média da execução do Orçamento do Estado de 85.4% ao longo do mesmo período. Não obstante, o MINED conseguiu executar, em média, apenas 76.3% do seu próprio orçamento desde 2007.
- ▶ Dotações e Despesas da educação desde 2007 demonstram uma descentralização considerável dos níveis Central e Provincial para o nível distrital. Enquanto o nível distrital correspondeu a apenas 8% em 2010, em 2013 representou 45% do Orçamento da Educação, e em 2014 o orçamento equivale a 37%, embora, no orçamento de 2014, seja observada a descentralização a partir da província para o nível distrital. Enquanto o orçamento do nível central aumenta.
- ▶ As dotações de 2014 não tem como alvo proporcional as províncias que apresentam o desempenho mais baixo nos indicadores que medem o alcance do 2o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, "Ensino Primário Universal".

1. Como é definido o Sector da Educação?

O Sector da Educação é um dos "Sectores Prioritários" do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) em Moçambique. Estes sectores são considerados prioritários dado que eles reflectem os serviços públicos que mais afectam as vidas dos grupos vulneráveis (isto é, mulheres e crianças) e mais contribuem para o desenvolvimento do país.

Em Moçambique, o Sector da Educação é definido como incluindo as instituições que proporcionam e governam a provisão do Ensino Público ao nível primário, secundário, superior e técnico/

profissional. O ensino primário é definido como incluindo a 1-5 classes (EP1), bem como a 6-7 classes (EP2); o ensino secundário vai da 8a a 10a classe (ESG1) e 11-12 classe (ESG2); o ensino superior refere-se aos estudos universitários pós-secundários; e o ensino técnico/ profissional abrange a formação profissional prática. No Orçamento do Estado, as instituições do Sector da Educação foram divididas em duas categorias: Ensino Geral e Ensino Superior. O Ensino Geral é composto por instituições relacionadas com o ensino primário, secundário, técnico/ profissional e a administração do sector; o ensino superior é composto pelos institutos superiores e universidades.



\$1.26

Mil milhões de USD foram alocados ao Sector da Educação em Moçambique em 2014

2. Que tendências são observadas para o Sector da Educação no Orçamento do Estado 2014?

O valor total do Orçamento do Estado para 2014 é de 240.8 mil milhões de MT (USD \$8.03 mil milhões¹), dos quais 37.7 mil milhões de MT (USD \$1.26 mil milhões) foram alocados ao Sector da Educação (Tabela 1). Comparativamente a 2013, este é um aumento de 17% da Dotação Inicial Rectificada, ou um aumento de 20% das Despesas actuais (ver o **Glossário** para uma definição dos termos). Embora relativamente pequena, esta diferença demonstra a realidade da gestão das finanças públicas em Moçambique: existem diferenças entre a dotação orçamental inicial, a dotação orçamental final actualizada e as despesas reais. Cientes desta variação, a última parte deste relatório faz uma comparação das *dotações orçamentais iniciais de 2014* com as tendências nas despesas no período 2007-2013.

O orçamento da Educação para 2014 representa a dotação proporcional mais baixa que o Sector recebeu pelo menos nos últimos sete anos. Apesar de registar a sua maior Dotação Inicial de sempre, correspondendo a 6.4 mil milhões de MT mais do que as despesas registadas no ano anterior, o Sector da Educação representa apenas 15.7% do total do Orçamento do Estado em 2014² (**Figura 1**). Tendo alcançado um pico de 21.5% em 2008, o valor proporcional do Sector reduziu desde então e arrisca-se a revelar a sua maior redução relativa de 2013 para 2014, se

As instituições sectoriais operam em três níveis territoriais distintos: Central, Provincial, e Distrital. Ao nível central, existem oito instituições, incluindo o Ministério da Educação (MINED), sendo a maior instituição em termos do tamanho do orçamento. Ao nível provincial, existem 27 instituições separadas, das quais, 11 Direcções Provinciais de Educação e Cultura (DPEC) que arrecadam a maior parte do orçamento. Ao nível distrital, existem 131 Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT). Adicionalmente, o MINED é a maior instituição existente na categoria do Ensino Geral e a Universidade Eduardo Mondlane é a maior instituição na categoria de ensino superior.

A composição do Sector da Educação, determinada pela Direcção Nacional do Orçamento (DNO), sofreu uma alteração em termos do número de instituições consideradas e a classificação destas instituições entre as categorias de Ensino Geral e Ensino Superior em cada um dos últimos sete anos. Assim, a composição institucional do Sector hoje é muito diferente da mesma em 2007, o primeiro ano analisado no relatório.

TABELA 1 Dotações vs. Despesas Orçamentais do Sector da Educação

(MT, sem arredondamento)	2010 (CGE 2010)	2011 (CGE 2011)	2012 (CGE 2012)	2013 (REO 2013)	2014 (LOE 2014)
Dotações Iniciais do Sector da Educação	19,881,853,717	22,162,162,640	17,891,016,800	32,192,646,250	37,736,008,670
Dotações Actualizadas do Sector da Educação	23,613,184,310	27,493,810,490	28,605,552,800	33,536,397,146	
Despesas do Sector da Educação	21,310,364,869	23,992,733,930	26,802,542,000	31,325,519,848	
Mudança Percentual de Ano por Ano nas Despesas	+ 27.8%	+ 12.6%	+ 11.7%	+ 16.9%	+ 20.5%
Despesas do Sector da Educação Corrigida de acordo com a Inflação	30,795,324,956	29,295,157,424	29,038,507,042	33,183,813,398	

Fonte: CGE 2010, CGE 2011, CGE 2012, REO IV 2013, LOE 2014. Estimativas do CPI: Dados do Banco Mundial (2010-2012); Banco Africano de Desenvolvimento (2013).

Nota: O valor da mudança percentual 2014 é uma estimativa baseada nas Alocações Iniciais. Embora SDEJT não tivesse sido formalmente incluído nos totais do Sector da Educação até 2012, os totais acima para 2010 e 2011 não incluem as Alocações Iniciais de SDEJT (MT 1.6 mil milhões em 2010 e MT 9.4 mil milhões em 2011) para fins de consistência. O total de 2013 reflecte um erro de soma corrigido nos valores de DPEC sobre o REO IV 2013 Mapa III-3.

1) Este relatório usa uma taxa de câmbio de: 30MT = 1USD para conversões de 2014.

2) Para 2014, o Ministério das Finanças reconhece uma proporção de 18.1% (LOE 2014, Documento de Fundamentação, Pg. 38) para o Sector da Educação; contudo, calcula as suas proporções usando um Orçamento do Estado total que exclui "Operações Financeiras" e o "Serviço da Dívida" (MT 210.1 mil milhões). Considerando que Balanço Orçamental é uma decisão política, o autor acredita ser justo fazer o cálculo usando todo o Orçamento do Estado como um denominador.

o orçamento for gasto na totalidade (**Figura 2**). Não obstante, a mesma dotação de 2014 denotaria a maior proporção do PIB observada ao longo dos últimos sete anos, correspondendo a 7.5 por cento.

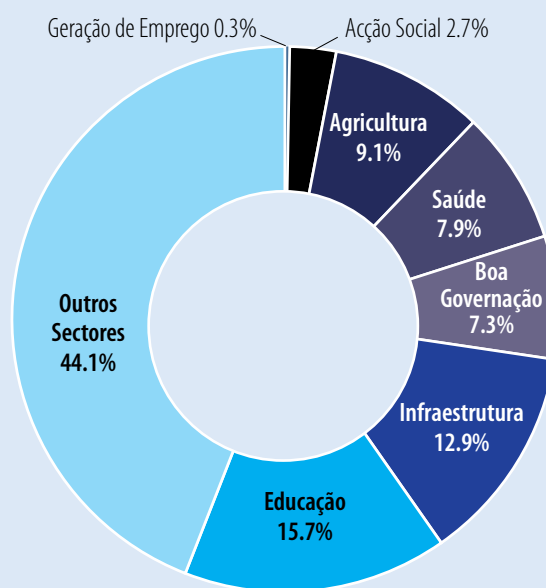
O ajuste total das despesas do Sector da Educação em termos da inflação, tendo 2014 como o ano base, revela uma tendência de aumento, contudo com uma inclinação mais plana do que os valores nominais. Enquanto é importante ter esta tendência em mente, o resto do relatório concentrar-se-á sobre os valores nominais (que não foram ajustados em termos de inflação).

Relativamente aos pares da SADC, Moçambique tem demonstrado um compromisso forte ao financiamento do Sector da Educação. Moçambique tem, de forma consistente, tido um melhor desempenho ao nível da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) “a média das despesas públicas na Educação como uma percentagem das Despesas do Governo” desde 2007³. Não obstante, enquanto Moçambique exhibe uma tendência decrescente no financiamento proporcional da educação, a média da SADC parece estar a aumentar, e de facto, poderá ter alcançado os mesmos níveis. Moçambique também ultrapassa a média da SADC de “despesas públicas como percentagem do PIB” com uma diferença de 2% registada em 2012, o ano para o qual as estatísticas mais recentes estão disponíveis.

3. Quais são as fontes dos recursos do Sector da Educação?

Os recursos destinados para o Sector da Educação são classificados no Orçamento tanto como Recursos Internos ou Recursos Externos. Os Recursos Internos são aqueles

FIGURA 1 Dotações Orçamentais por Sector Prioritário em 2014

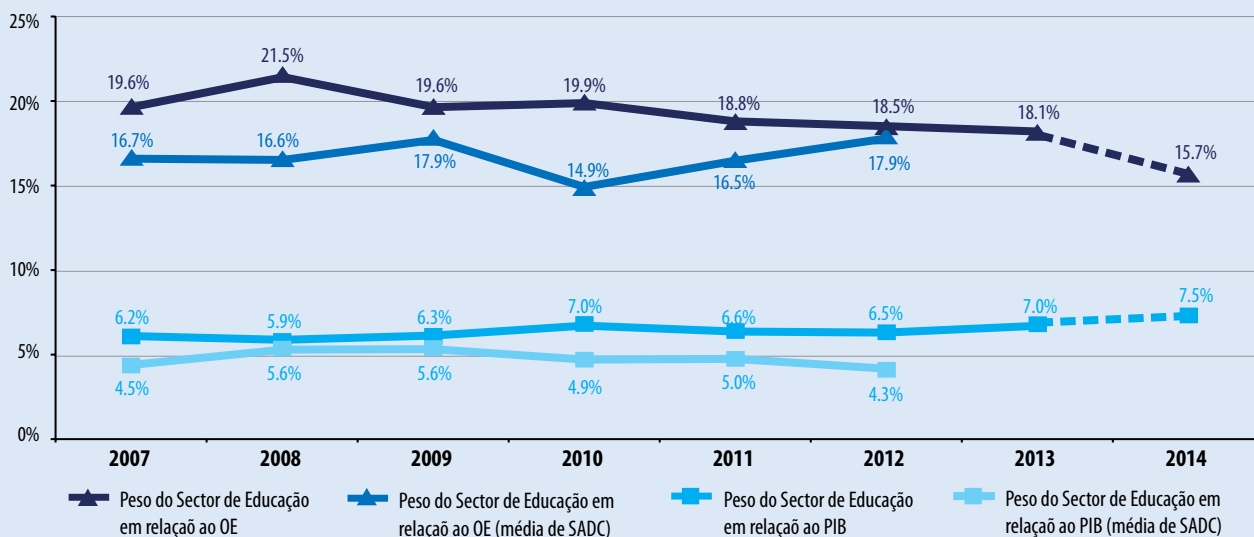


Fonte: LOE 2014, “Quadro 11”, (pg. 38)

Nota: As percentagens foram calculadas como uma proporção do Orçamento de Estado Total: MT 240,891,431,840. (A porção de “Outros Sectores” representa sectores não-prioritários: Serviços Públicos Gerais, Defesa, Segurança e Ordem Pública, Economia, Protecção Ambiental, Habitação e Desenvolvimento Colectivo; e Recreação, Cultura e Religião).

arrecadados dos impostos, tarifas e encargos, bem como através de créditos de activos nacionais, referidos como “crédito interno”. Em Moçambique, os Recursos Internos são complementados pelo Apoio Geral ao Orçamento⁴. Os Recursos Externos estão relacionados com as dotações, ajuda externa e

FIGURA 2 Tendências no Peso do Sector da Educação



Fonte: CGE 2007, CGE 2008, CGE 2009, CGE 2010, CGE 2011, CGE 2012, REO IV 2013, LOE 2014. Valores do PIB: Dados do Banco Mundial (2007-2012); Projecções do Banco Africano de Desenvolvimento (2013, 2014). Médias da SADC para Dados do Banco Mundial.

Nota: Para todos os valores de 2014, Dotações Iniciais foram usadas para mostrar qual seria a tendência se 100% das Alocações fossem gastas. Para os anos 2007-2009, o SDEJT não é representado nas figuras.

3) Banco de Dados do Banco Mundial. “Public Spending on Education, Total (% of GDP)” and “Public Spending on Education, Total (% of Government Spending)”. 2007 – 2012.

4) Apoio Geral ao Orçamento (AGO/GBS) é a ajuda proporcionada ao Governo de Moçambique, resultando de um grupo de 19 governos estrangeiros (G19), sob condição de ser utilizada para a redução da pobreza em sectores prioritários.



Os recursos para o Sector da Educação aumentaram nos últimos sete anos a um ritmo médio de 18% por ano.

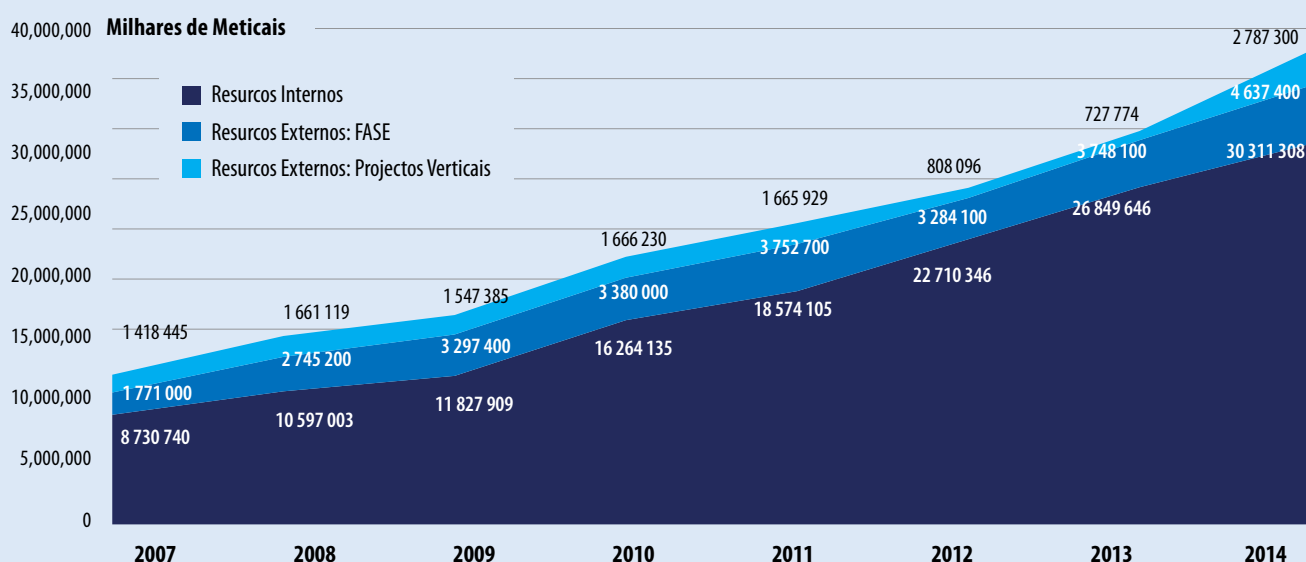
crédito externo. Específico ao Sector da Educação, os Recursos Externos são subcategorizados em doações do “FASE” e fundos de “Projectos Específicos”. O FASE, o Fundo Comum de Apoio a Educação, recebeu o seu financiamento de um grupo composto por nove parceiros bilaterais/ multilaterais em 2014. Os fundos de Projectos Específicos são concedidos como subvenções e créditos para projectos verticais relacionados com a Educação.

A parte de Recursos Internos aumentou de 71% de 2009 para 86% em 2013 (Figura 3). Os recursos para o Sector da Educação aumentaram nos últimos sete anos a um ritmo médio de 18% por ano. Comparado a outros sectores em Moçambique, o Sector da Educação tem sido tradicionalmente financiado

por uma grande porção de Recursos Internos. Esta porção do financiamento interno tem estado a aumentar continuamente desde 2009, exceptuando 2014, quando um aumento de 283% no financiamento de um Projecto Específico (Investimento externo) reduziu o seu peso relativo. No entanto, esta tendência geral demonstra o aumento do compromisso do Governo para o autofinanciamento da educação.

O FASE tem sido uma fonte estável de financiamento para o Sector da Educação, com uma média de MT 3.7 mil milhões (USD \$122.8 milhões) por ano, ao longo dos últimos cinco anos. No entanto, em termos reais e proporcionais, a sua contribuição tem estado a reduzir. Em 2009, o FASE alcançou um pico no nível de financiamento proporcional, contribuindo com 20% do total dos recursos do sector; todavia, desde 2012, a sua relativa contribuição ao financiamento tem sido apenas de 12%. Em 2014, os compromissos dos doadores aumentaram de MT 889.3 milhões para um pico de MT 4.6 mil milhões (USD \$154.6 milhões), mas novamente representando apenas 12% do financiamento do Sector.

FIGURA 3 Recursos do Sector da Educação: Internos & Externos



Fonte: CGE 2007- 2012, REO IV 2013, LOE 2014. Valores do FASE resultam do CGE 2007 (Quadro 6, pg.36), CGE 2009 (Quadro 6, pg.48), CGE 2010 (Quadro 8, pg.38), CGE 2011 (Quadro 13, pg.45), CGE 2012 (Quadro 13, pg.44), REO 2013 (Quadro 7, pg.17), e REO I 2014.

Nota: A conta 2013 ainda não foi finalizada, assim as Despesas no Sector para o ano poderão aumentar para disseminação para CGE 2013. Recursos internos incluem Despesas Correntes e a componente interna de Investimento. Para recursos externos, Projectos Específicos são derivados subtraindo FASE dos valores totais do Investimento Externo. Para os anos 2007-2009, o SDEJT não é representado nas figuras.

5) Os doadores do FASE incluem: Alemanha, Canada, Reino Unido, Finlândia, Banco Mundial (FTI), Banco Mundial (IDA), Irlanda, Itália e UNICEF.

86%

É a parte que representa os recursos internos em 2013. Um aumento significativo depois de representar 71% em 2009

4. Para onde vão os recursos da Educação?

4.1 DESPESAS CORRENTES COMPARADAS AO INVESTIMENTO:

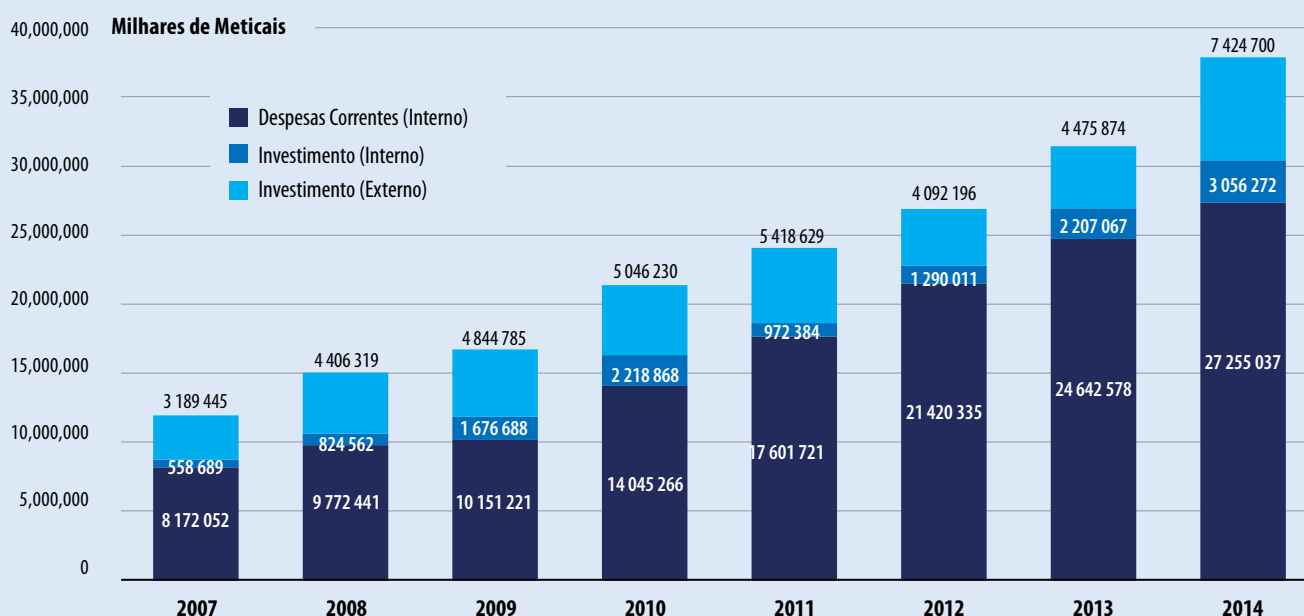
As despesas do Orçamento do Sector da Educação são categorizadas tanto como Correntes ou de Investimento. As despesas correntes são subclassificadas em salários/remunerações, bens/ serviços, ou custos de operações financeiras. O investimento é subclassificado como Interno ou Externo. As Despesas Correntes, também conhecidas como “custos de operação”, puramente Internas de acordo com a fonte, representa a despesa necessária para manter o Sector a funcionar. O Investimento, por outro lado, descreve os fundos usados com a intenção de aumentar a futura capacidade, produtividade e eficiência no Sector. No Sector da Educação em 2014, cada instituição recebe um Investimento Interno, excepto os SDEJT e o Instituto de Bolsas de Estudo, onde o MINED, DPEC, SDEJT e a Universidade Eduardo Mondlane recebem Investimento Externo.



Foto: ©UNICEF/Moçambique

A parte do Investimento Total reduziu de 10% relativamente as Despesas Correntes nos últimos sete anos (Figura 4). Em termos nominais, de 2007 a 2013, o total de Despesas Correntes no Sector aumentou três vezes mais; O investimento interno aumentou quatro vezes mais; enquanto o investimento externo aumentou em apenas 1.4 vezes o seu valor de 2007. De forma proporcional, as Despesas Correntes aumentaram de 68.6% para 78.7%, enquanto o investimento reduziu de 31.4% para 21.3 por cento. No entanto, se o orçamento de 2014 for gasto na totalidade, isso reverterá esta tendência e representará um aumento proporcional na quota-parte do investimento.

FIGURA 4 Custos Recorrentes vs. Investimento



Fonte: CGE 2007- 2012 (Mapa I-1-1); REO 2013 (Mapa III-3); LOE 2014.

Nota: For 2007-2009, Dotações dos SDEJT não foram incluídas

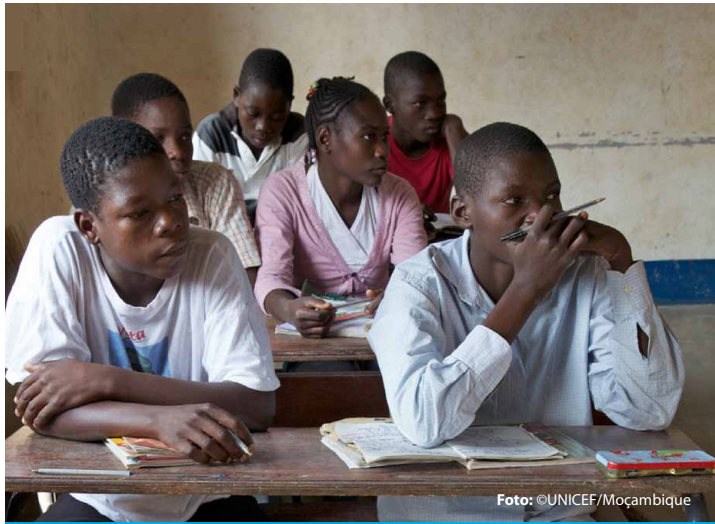
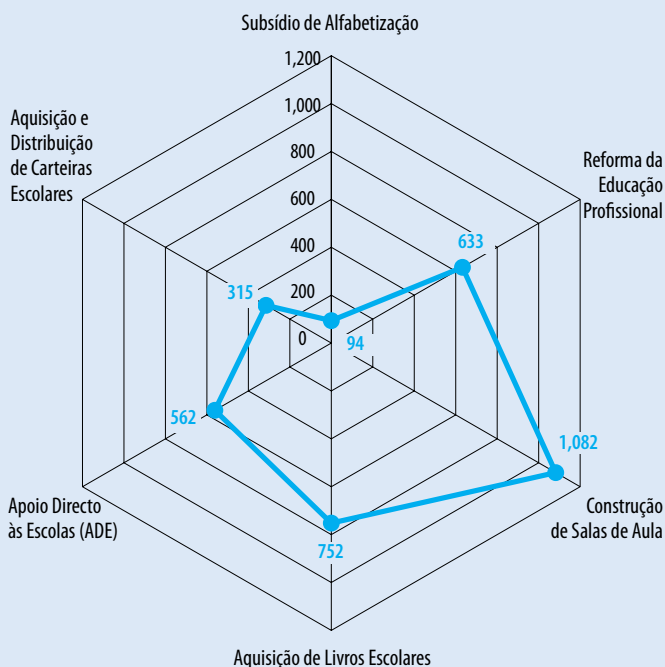


Foto: ©UNICEF/Moçambique

Em 2014, a maior proporção do investimento será aplicada na construção de salas de aula, seguida da aquisição do livro escolar (Figura 5). Aproximadamente MT 1.1 mil milhões serão aplicados na construção de salas de aula, MT 752 milhões para a compra de livros escolares e MT 633 milhões para a reforma do ensino profissional⁶. Há um ano, em 2013, a maior parte destes fundos foi para a construção de salas de aula, seguida de projectos específicos do Banco Islâmico de Desenvolvimento, seguido da construção de institutos técnicos⁷.

FIGURA 5 Investimento por Área de Actividade Seleccionada



Fonte: LOE 2014 Documento de Fundamentação, Quadro 9. Amostra das despesas de investimento por áreas de actividade seleccionadas, pg. 33

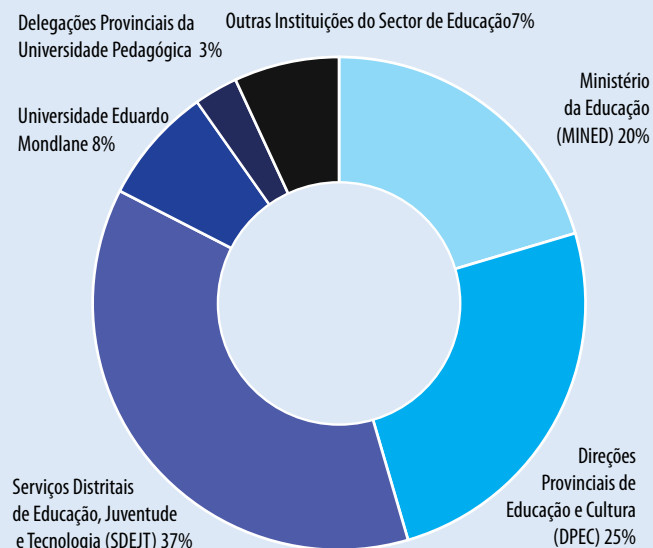
Nota: A FIGURA apresenta a soma em centenas de milhares de Meticais (10⁶ MT). Só aproximadamente um terço do investimento total de 2014 está representado na FIGURA.

Em 2014, a maior proporção do investimento será aplicada na construção de salas de aula, seguida da aquisição do livro escolar.

4.2 DISTRIBUIÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO:

Em 2014, as três maiores instituições de ensino recebendo a dotação são os Serviços Distritais da Educação, Juventude, e Tecnologia (SDEJT); as Direcções Provinciais de Educação e Cultura (DPEC); e o Ministério da Educação (MINED). Estas três instituições correspondem aos três níveis de direcção da educação no país, aos níveis Distrital, Provincial e Central (Figura 6). Os 131 SDEJTs recebem um total de MT 14 mil milhões (USD \$466 milhões), as 11 DPECs recebem um total de MT 9.5 mil milhões (USD \$315.5 milhões), o MINED recebe MT 7.7 mil milhões (USD \$256.6 milhões), e a Universidade Eduardo Mondlane recebe MT 2.9 mil milhões (USD \$96.7 milhões) no orçamento de Estado 2014. Esta hierarquia tem sido constante desde 2011, quando os SDEJT apareceram no topo das prioridades depois de receberem uma Dotação Inicial seis vezes maior do que a Dotação Inicial de 2010.

FIGURA 6 Principais Instituições do Sector da Educação



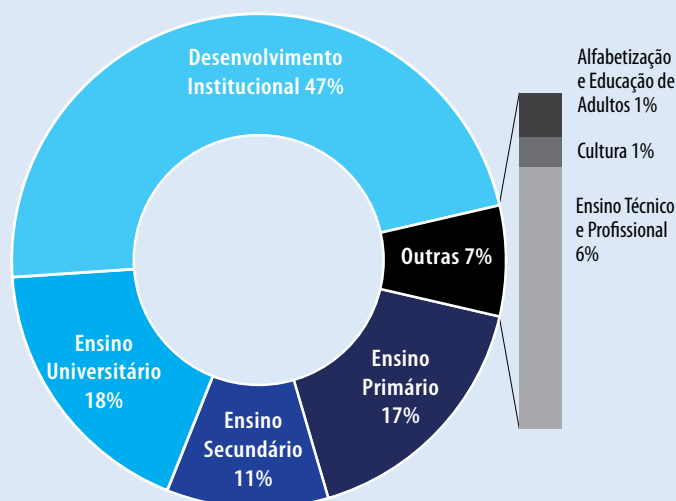
Fonte: Dotação Inicial do LOE 2014.

Nota: As 17 Instituições não apresentadas na FIGURA correspondem a 7% do peso do sector e estão reflectidas na categoria "Outras Instituições da Educação". Todas as classificações territoriais foram feitas com base no LOE 2014 UGBs.

6) LOE 2014, Documento da Fundamentação, Quadro 9, pg. 33. "Amostra das despesas de investimento por áreas de actividade seleccionadas".

7) LOE 2013, Documento da Fundamentação, Quadro 10, pg. 25. "Amostra das despesas de investimento por áreas de actividade seleccionadas".

FIGURA 7 Financiamento do Sector da Educação por Área Funcional



Fonte: PdA 2014: Total do Sector, Resumo por Províncias e Programas (Plano de Actividades, Ministério da Educação/ Planilha do Ministério das Finanças)

4.3 DISTRIBUIÇÃO ENTRE AS ÁREAS DO PROGRAMA:

Aquando da desagregação do orçamento de acordo com a área do programa, **o Ensino Terciário recebe a maior quota-parte do financiamento não-administrativo da educação, seguido do ensino primário e ensino secundário⁸ (Figura 7).** Instituições terciárias recebem MT 6.8 mil milhões (USD \$225.1 milhões), as escolas primárias recebem MT 6.4 mil milhões (USD \$211.9 milhões), e as escolas secundárias recebem MT 4.0 mil milhões (USD \$133.1 milhões). O Desenvolvimento Institucional, que caracteriza a gestão do Sector, é a área programática que recebe a maior alocação, MT 17.9 mil milhões (USD \$596.4 milhões).

Aquando da comparação deste nível de financiamento com o ingresso escolar por nível da ensino, **o financiamento per capita para cada aluno do ensino primário público é de MT 1,204**

(USD \$40); o financiamento per capita para cada estudante do ensino secundário é de MT 6,538 (USD \$218); e o financiamento per capita para cada estudante universitário é de MT 84,420 (USD \$2,814)⁹. De acordo com a Paridade de Poder de Compra, um aluno do ensino primário é financiado em USD \$67, um estudante do ensino secundário é financiado em USD \$363, e um estudante universitário é financiado em USD \$4,690¹⁰.

5. Qual é que tem sido o desempenho do Sector da Educação na execução do seu orçamento?

Conforme mencionado na Secção 2, as diferenças são frequentemente observadas entre a Dotação Inicial, a Dotação Actualizada, e as Despesas Finais no Sector da Educação. Um rácio das últimas duas categorias apresenta a "Execução Orçamental".

O Sector da Educação teve um desempenho superior ao do Orçamento do Estado, em termos da Execução Orçamental, em cada um dos últimos sete anos (Tabela 2). O Sector da Educação tem tido um desempenho relativamente positivo comparativamente a outros sectores prioritários na aplicação de recursos a sua disposição. Ao longo dos últimos sete anos, o Sector da Educação executou, em média, 90% do seu orçamento, que é quase cinco pontos percentuais mais do que a média do total do Orçamento do Estado. No entanto, existe sempre um potencial para melhoria. Por exemplo, em 2013, o Sector não foi capaz de aplicar MT 2.2 mil milhões (USD \$73.7 milhões) atribuídos, e portanto teve que reembolsar estes fundos ao Ministério das Finanças no fim do ano, ao invés de aplica-los em intervenções de educação chave.

A entidade do sector da educação apresentando a execução orçamental mais baixa ao longo do horizonte temporal é, ironicamente, o Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria, correspondendo a apenas 64.2 por cento. O MINED não teve um melhor desempenho, registando uma taxa de execução de 76.3% nos últimos sete anos.

TABELA 2 Execução Orçamental do Sector da Educação Comparada a Execução do Orçamento Total do Estado

	2007 (CGE 2007)	2008 (CGE 2008)	2009 (CGE 2009)	2010 (CGE 2010)	2011 (CGE 2011)	2012 (CGE 2012)	2013 (REO 2013)
Taxa de Execução Orçamental do Estado	83.2 %	78.3 %	86.5 %	87.2 %	86.4 %	87.8 %	88.1 %
Taxa de Execução Orçamental da Educação	87.4 %	88.0 %	91.5 %	90.2 %	87.3 %	93.7 %	93.4 %
Desempenho da Execução Orçamental Relativa do Sector da Educação	+ 4.2 %	+ 9.7 %	+ 5.0 %	+ 3.0 %	+ 0.9 %	+ 5.9 %	+ 5.3 %

Fonte: As taxas de execução do Orçamento de Estado vêm de CGE 2007 (Quadro 2, pg.23); CGE 2008 (Quadro 2, pg. 21 | Quadro 8, pg. 42); CGE 2009 (Quadro 2, pg.28); CGE 2010 (Quadro 2, pg. 22); CGE 2011 (Quadro 7, pg. 27); CGE 2012 (Quadro 6, pg. 28); REO 2013 (Quadro 2, pg.9). As taxas de execução do Sector da Educação vêm de computações do CGE 2007-2012, REO 2013.

Nota: O desempenho da execução relativa do orçamento é o Orçamento da educação menos a taxa de execução do Orçamento do Estado. A Taxa de Execução Orçamental do Estado inclui o Sector da Educação.

8) PdA 2014: Total do Sector, Resumo por Províncias e Programas (Plano de Actividades, Planilha do BAG). Última Actualização: 20 de Maio de 2014.

9) Matrícula no Ensino Primário e Secundário do MINED "Inquérito Escolar Anual, 03 de Março de 2012". O Ingresso no Ensino Terciário a partir dos "Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2011" Pg. 11 (Quadro 1.1).

10) PPP (Moeda Actual USD) Factor de Conversão 2012, Dados do Banco Mundial para Moçambique. O factor de conversão para 2012 foi usado para cálculos considerando que é dado disponível mais recente.



Foto: ©UNICEF/Moçambique

6. Até que ponto o Sector da Educação foi descentralizado?

A descentralização no contexto da gestão de finanças públicas significa a redistribuição das finanças públicas a partir do nível central. No orçamento moçambicano existem quatro diferentes níveis territoriais: central, provincial, distrital e municipal. Para o Sector da Educação, só os primeiros três são relevantes.

A evidência empírica de 2007 até 2013 demonstra claramente um grau elevado de descentralização dos níveis Central e Provincial para o nível distrital (Figura 8). Uma análise realizada agrupando instituições por nível territorial¹¹ ilustra como o nível central deixou de ocupar uma proporção de 33% do total das Despesas do Sector da Educação em 2007 para uma proporção de 23% em 2013, uma redução de 10 pontos percentuais. A

Desde 2007, o Orçamento do Sector da Educação tem aumentado, em média, MT 3.7 mil milhões com vista a acomodar uma média de crescimento anual de 198.1 milhares de estudantes, 5.8 milhares de professores, e 861 escolas.

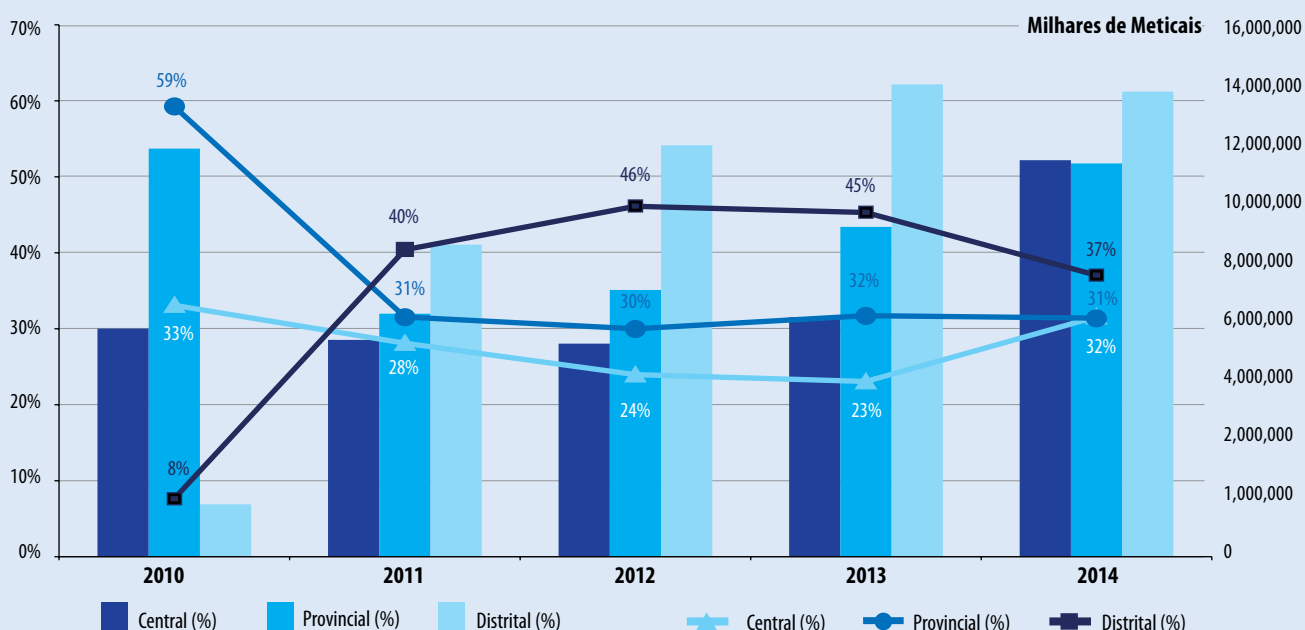
quota-parte do nível provincial reduziu de 59% para 32%, um declínio de 27 por cento, enquanto o nível distrital aumentou de 8% para 45%, representando um aumento de 37%.

A principal instituição de ensino em cada nível territorial reflecte este fenómeno: O MINED (Central) reduziu a sua quota-parte de 24% em 2007 para 13% em 2013; A DPEC (Provincial) reduziu de 54% para 26%; e os SDEJT (Distrito) aumentaram de 8% para 45 por cento. Se o orçamento de 2014 é totalmente executado, então a proporção de nível central deverá adquirir 8% das despesas da proporção do nível distrital devido a um aumento considerável da dotação do MINED de 2013 para 2014.

7. Qual é o desempenho do Orçamento da Educação em termos de equidade?

Desde 2007, o Orçamento do Sector da Educação tem aumentado, em média, MT 3.7 mil milhões com vista a acomodar uma média de crescimento anual de 198.1 milhares de estudantes, 5.8 milhares de professores, e 861 escolas.

FIGURA 8 Despesas por Nível Territorial



Fonte: CGE 2010, CGE 2011, CGE 2012, REO IV 2013, LOE 2014.

Nota: Os valores de 2014 são alocações orçamentais e não despesas. Com vista a analisar o peso territorial ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, a composição das Instituições foi mantida consistente de acordo com a definição do Sector para 2014.

11) Os grupos de instituições por nível territorial são consistentes ao longo de um horizonte temporal e são baseadas na composição de 2014 do Sector da Educação.

De facto, enquanto o orçamento do sector, em termos nominais, expandiu a uma taxa exponencial nos últimos sete anos, os números de estudantes, professores, e escolas aumentou proporcionalmente a uma taxa de declínio ligeiro (Figura 9). O aumento simétrico em recursos/ estudantes/ professores/ escolas abre boas perspectivas para o futuro desempenho do sector. O rácio estudante-professor reduziu de um professor para cada 65 estudantes matriculados em 2007, para um professor para 54 estudantes em 2014¹². O rácio estudante-escola também reduziu de uma escola para 423 estudantes em 2007 para 356 estudantes em 2014. Isto sugere que o acesso escolar melhorou, visto que com cada nova escola construída, a distância entre esta e o local de residência reduziu e a conveniência aumentou para uma comunidade de estudantes. Finalmente, o rácio professor-escola permaneceu constante numa média de seis para sete professores, significando que novas contratações de professores tem sido proporcionais a construção de novas escolas.

O maior financiamento per capita por província encontra-se na Cidade de Maputo, cujo financiamento é 2.7 vezes mais do que o financiamento per capita mais baixo atribuído a Província da Zambézia (Figura 10). Aquando da análise das Instituições de Ensino ao nível não-central numa base per capita, pode-se facilmente observar uma distribuição desigual entre as 11 províncias. Enquanto um estudante frequentando a escola na Zambézia recebe uma educação no valor de MT 2,907 (USD \$97) por ano, um estudante frequentando a escola na Cidade de Maputo recebe uma educação avaliada em MT 7,808 (USD \$260) por ano, uma diferença de MT 4,901 (USD \$163)¹³. O argumento avançado é de que o Governo está a tentar abordar a questão da desigualdade, atribuindo a maior dotação absoluta de "Desenvolvimento Institucional" à Província da Zambézia. Isto significa que de todas as províncias, a Zambézia recebe o maior financiamento para administração, planificação, monitoria & avaliação e capacitação. No entanto, quando a província mais rica tem maior financiamento e uma das províncias mais pobres é a que tem menos financiamento, é difícil de argumentar que o Orçamento da Educação é equitativo.

8. O orçamento da Educação e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio dois e três

8.1. OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO #2: ALCANCE DO ENSINO PRIMÁRIO UNIVERSAL

Em 2013, a avaliação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) colocou Moçambique apenas em oito pontos percentuais do alcance de 100% de ingresso líquido no ensino primário¹⁴. Dada esta proximidade do alvo, prevê-se que o Governo pudesse proporcionar um maior escrutínio e maior financiamento ao orçamento das dotações de 2014 com vista a atingir esta meta.

12) Estes dados estatísticos não deverão ser confundidos com o rácio estudantes-professor na sala de aulas. Ao contrário disso, referem-se a média em todas as escolas primárias e secundárias no país.

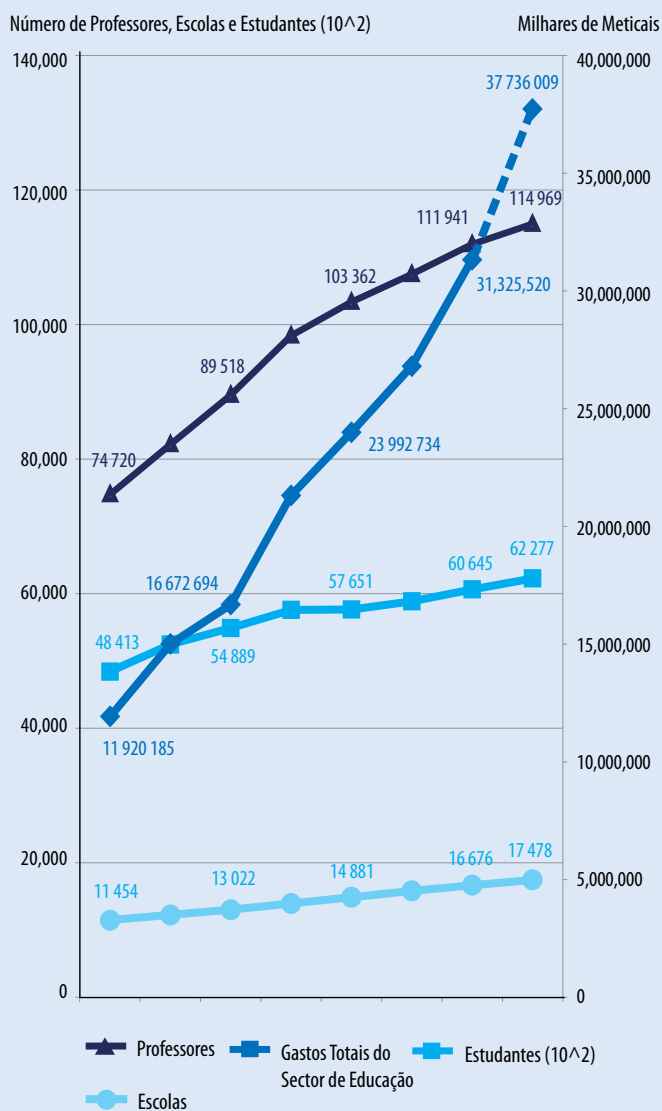
13) Este cálculo indica a média de financiamento por estudante não obstante ser matrículas no ensino primário, secundário, terciário, técnico/ profissional. Não deve ser confundido com dados de financiamento per capita da Secção 4.3 que consideram os níveis de ensino em separado.

14) PNUD. Avaliação do Progresso em Direcção ao Alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 2013. Tabela 2.1 (pg. 24).

54/1

E o rácio estudante-professor em 2014. O que representa uma melhoria quando comparada com o ano de 2007 onde o rácio era de 65/1.

FIGURA 9 Aumento nas Despesas, Estudantes, Professores e Escolas



Fonte: Para "Estudantes" - "Número de Alunos por Classe, Sexo, Distrito, Província e Nível de Ensino". Para "Professores" - "Número de Professores por sexo, tipo de formação, província". Para "Escolas" - "Lista Nominal e Resumo de Escolas por Distrito, Província e Nível de Ensino". Todos os três estão disponíveis em: [http://www.mec.gov.mz/STATS/Pages/3Marco.aspx].

Nota: A curva de "Estudantes" representa centenas de estudantes. O número de "Estudantes" inclui o total de estudantes das escolas primárias & secundárias, frequentando a classe durante o período diurno, em 2014. O número de "Professores" inclui o número total de professores de escolas primárias & secundárias públicas, leccionando no período diurno em 2014. O número de "Escolas" inclui o total de escolas públicas, primárias & secundárias oferecendo aulas no turno diurno.



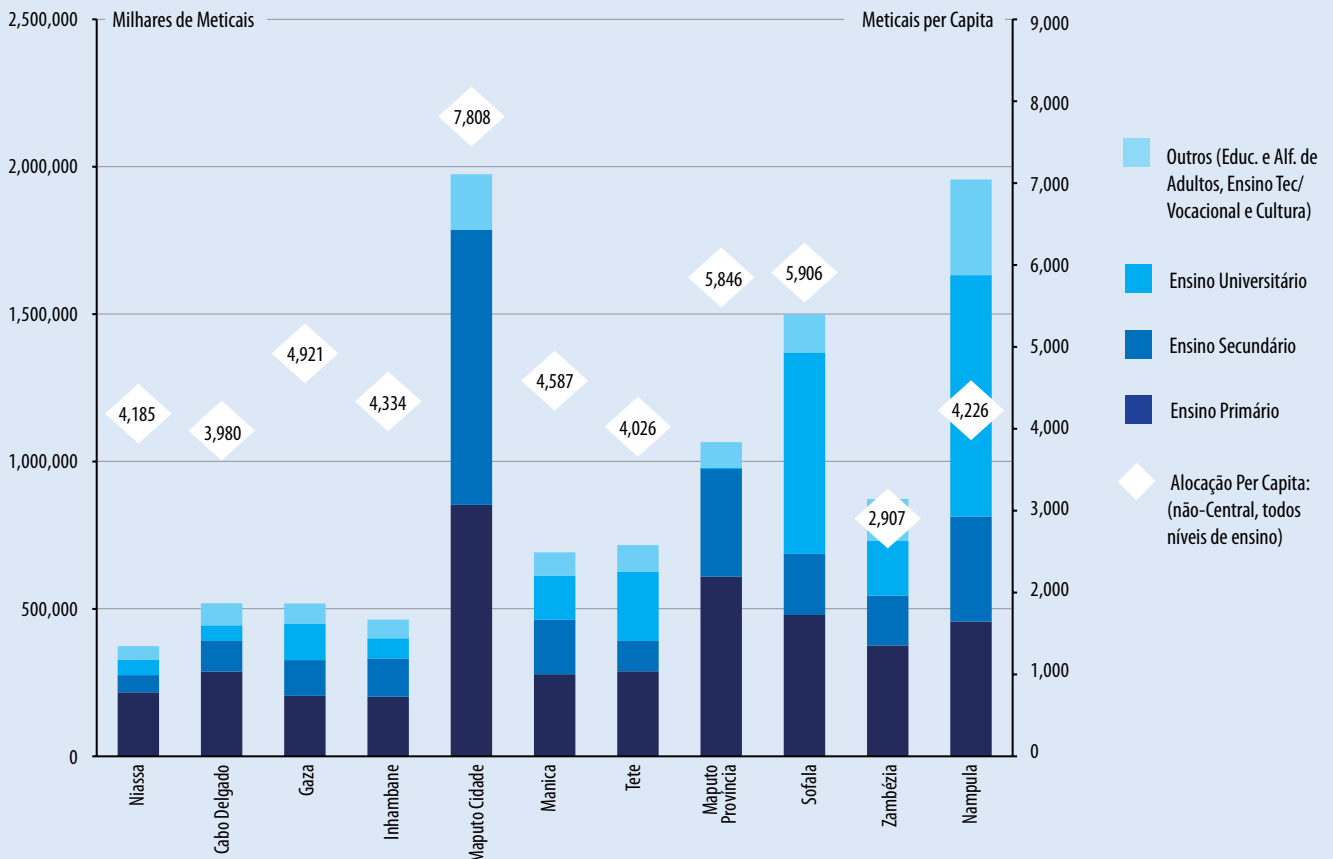
Foto: ©UNICEF/Moçambique

As dotações do Sector da Educação em 2014 indicam que o Governo não atribuiu um financiamento proporcional às províncias que apresentam maiores desafios no alcance do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (MDG) #2.

As dotações do Sector da Educação em 2014 indicam que o Governo não atribuiu um financiamento proporcional às províncias que apresentam maiores desafios no alcance do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (MDG) #2. O segundo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é avaliado principalmente através da “taxa de frequência no ensino primário” e “taxa de conclusão do ensino primário”. O gráfico na **Figura 11** apresenta estes indicadores comparativamente

a média do financiamento por aluno do ensino primário por província. Incidentalmente, as duas províncias que demonstram a maior percentagem de crianças em idade escolar frequentando o ensino primário (Cidade de Maputo e Província de Maputo) são as duas províncias com maior financiamento, enquanto as duas províncias com a menor percentagem (Tete e Nampula) encontram-se entre as três províncias com financiamento mais baixo. Para além da frequência, o objectivo final é a conclusão. Uma vez mais, as duas províncias com as taxas de conclusão mais elevadas são as duas com financiamento mais alto (Cidade de Maputo e Província de Maputo). Mas as duas províncias com as taxas de conclusão mais baixas no ensino primário (Tete e Cabo Delgado) encontram-se entre as províncias com menor financiamento, exibindo taxas longe da média da África subsariana correspondendo a 71 por cento.

FIGURA 10 Financiamento da Área do Programa & Dotações Per Capita (não-Central, todos os níveis de ensino/ educação) por Província



Fonte: PdA 2014: Total do Sector, Resumo por Províncias e Programas (Plano de Actividades, Ministério da Educação/ Planilha do Ministério das Finanças)

Nota: O desenvolvimento institucional faz referência a gestão, planificação, monitoria & avaliação e capacitação no Sector da Educação. O ensino superior na Cidade de Maputo está registado ao nível Central, portanto não está reflectido na FIGURA acima.

Os recursos do Sector da Educação parecem favorecer as províncias que demonstram um melhor desempenho de ensino. No entanto, é importante sublinhar que o FASE, que financia a componente de investimento externo do DPEC, atribui o maior volume de financiamento a Zambézia, Nampula, Tete, e Cabo Delgado¹⁵, abordando claramente a questão da equidade e assinalando que são as componentes de Despesas Correntes e Investimento Interno que mais conduzem aos desequilíbrios. Isto resulta em duas possíveis conclusões: (1) a histórica marginalização das províncias com menor financiamento criou uma situação onde as províncias preferidas possuem mais infra-estruturas da educação e portanto necessitam de mais fundos para os custos de operação ou funcionamento e manutenção, e/ou (2) a actual fórmula de alocação de recursos para Despesas Correntes e Investimento Interno não considera os indicadores de acesso ao Ensino Primário Universal.



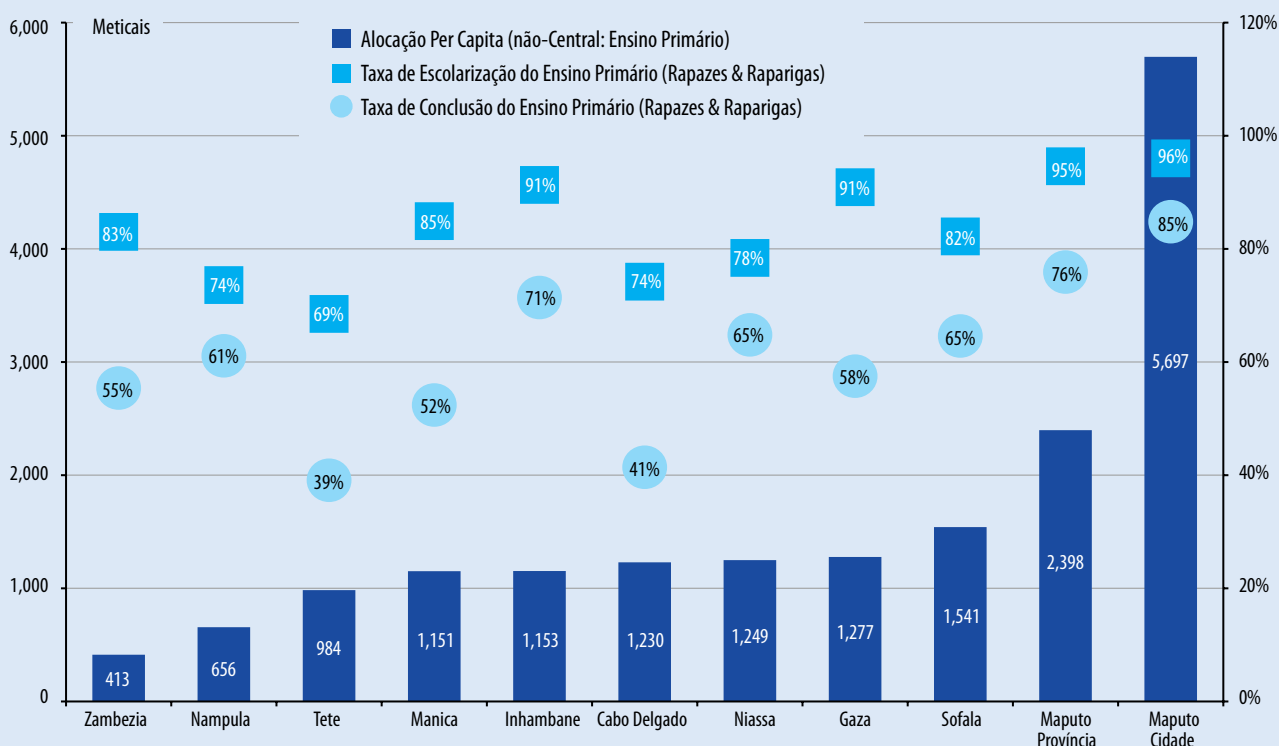
8.2 OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO #3: PROMOVER A IGUALDADE DO GÉNERO E EMPODERAR A MULHER

No mesmo relatório do PNUD 2013, Moçambique foi classificado na Terceira categoria mais baixa dos países africanos numa medida de paridade do género no ingresso no ensino primário, e na segunda metade mais baixa na mesma medida relativamente ao ingresso no ensino secundário¹⁶.

Mais recursos são necessários para abordar os desequilíbrios

do género no ensino secundário (Figura 12). No concernente ao ensino primário, o ingresso de rapazes/ raparigas está próximo de atingir a paridade nas 11 províncias; contudo existem grandes desequilíbrios para o ingresso no ensino secundário. Em Tete e Manica, existem duas vezes mais rapazes matriculados no ensino secundário do que raparigas e nas Províncias de Gaza e Maputo existe um-terço mais de raparigas matriculadas do que de rapazes. Já que existe uma correlação limitada observável entre o financiamento per capita e a paridade do género na Figura, os recursos e programas devem abordar estas províncias que demonstram rácios muito distantes da referência de 1.0.

FIGURA 11 Dotações Per Capita (não-Central, ensino primário) Comparadas aos Indicadores dos ODM #2

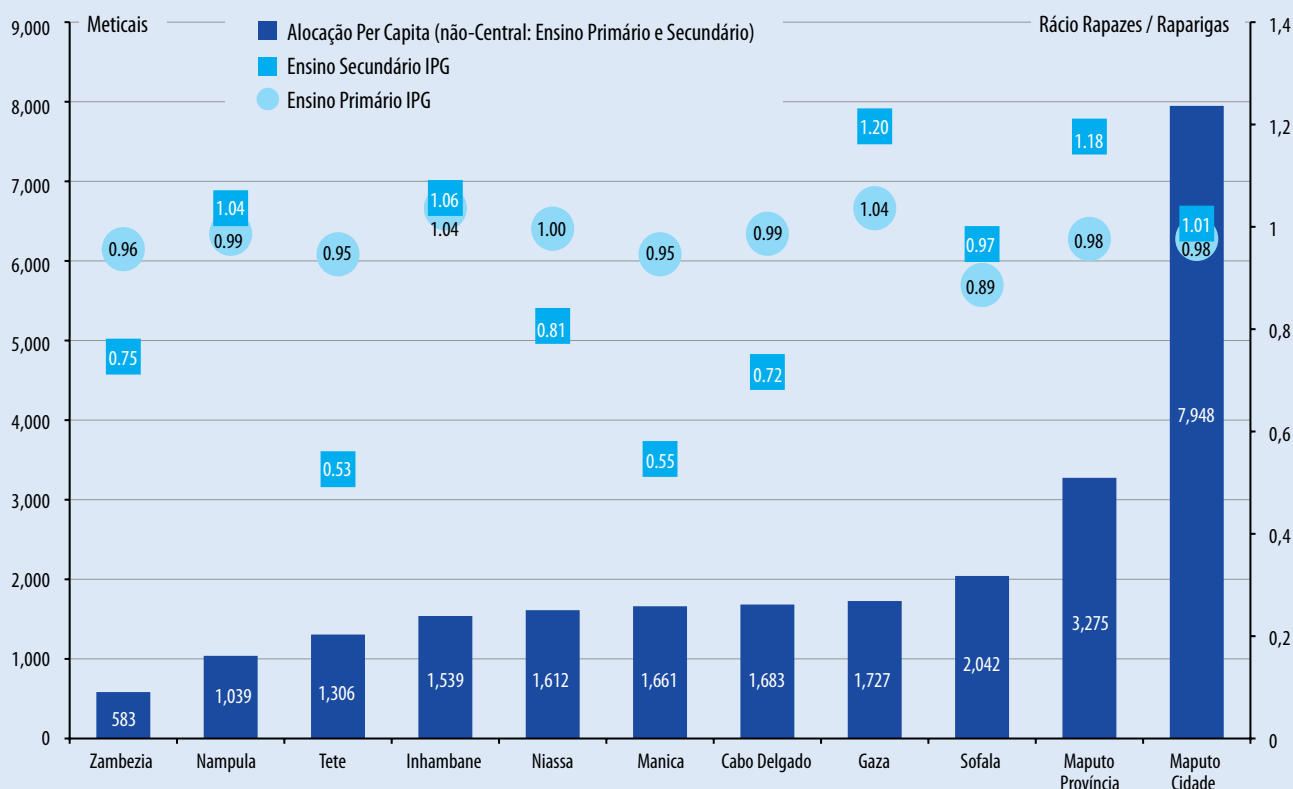


Fonte: PdA 2014: Total do Sector, Resumo por Províncias e Programas (Plano de Actividades, Ministry of Education/Ministry of Finance Spreadsheet). "Primary School Attendance Rate" Table 10.2a (pg.86) Measures percentage of children primary school age attending primary school; "Primary School Completion Rate" Table 10.7b (pg.98) Measures the percentage of children who reached the final grade of primary school of those who entered 1st grade. Multiple Indicators Cluster Survey 2008, INE.

15) Relatório Financeiro e de Progresso do FASE – Fundo de Apoio ao Sector da Educação (Março de 2014). (pg. 6).

16) UNDP. Assessing Progress in Africa towards the Millennium Development Goals, 2013. Tabela 2.1 (pg. 33,35).

FIGURA 12 Dotações Per Capita (não-Central, ensino primário & secundário) Comparado aos indicadores ODM #3



Fonte: PdA 2014: Total do Sector, Resumo por Províncias e Programas (Plano de Actividades, Ministério da Educação/ Planilha do Ministério das Finanças). "Paridade do Género na Educação" Tabela 10.6 (pg.95). Inquérito de Indicadores Múltiplos, 2008, INE.

Nota: IPG significa Índice de Paridade do Género. A meta, um rácio de 1.0, significa um ingresso equitativo para raparigas e rapazes. Se o rácio é 0.90 então existem mais rapazes do que raparigas matriculadas (isto é, para cada 10 rapazes numa turma, existem apenas 9 raparigas). De forma correspondente, se o rácio é de 1.10, então existem mais raparigas matriculadas do que rapazes.

Glossário de Termos:

Dotação Inicial: A primeira alocação ou dotação de fundos, aprovada pelo Parlamento

Dotação Inicial Rectificativa: Uma alocação de fundos revista, aprovada pelo Parlamento

Dotação Actualizada: O total de fundos que chegam à disposição de uma determinada instituição de ensino

Despesa Realizada: fundos atribuídos gastos no Investimento da Educação, serviços, e produtos

Execução do Orçamento: Percentagem de fundos alocados gastos a partir do total da dotação

Valores Nominais: Números não corrigidos para fins de inflação ao longo do tempo

Valores Reais: Números corrigidos no âmbito da inflação

Per Capita: Por pessoa

Lista de Acrónimos:

AGO	Apoio Geral ao Orçamento	MT	Metical Moçambicano (Moeda Local)
CGE	Conta Geral do Estado	ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
DNO	Direcção Nacional do Orçamento	PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
DPEC	Direcções Provinciais de Educação e Cultura	PIB	Produto Interno Bruto (PIB)
EP1	Ensino Primário 1-5 Classe (Ensino Primário do 1º Grau)	PPC	Paridade de Poder de Compra
EP2	Ensino Primário 6-7ª Classe (Ensino Primário do 2º Grau)	REO	Relatório de Execução Orçamental
ESG1	Ensino secundário 8-10ª Classe (Ensino Secundário do 1º Grau)	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
ESG2	Ensino secundário 11-12ª Classe (Ensino Secundário do 2º Grau)	SDEJT	Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia
FASE	Fundo de Apoio ao Sector da Educação	UGB	Unidade Gestora Beneficiária usada para designar uma instituição que recebe fundos
G19	Grupo dos 19 países doadores de Apoio Geral ao Orçamento	UNDP	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
LOE	Lei do Orçamento do Estado	USD	Dólar Americano (Moeda)
MINED	Ministério da Educação		